



infratróia



GRÂNDOLA
MUNICÍPIO



2015
RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADO



ÍNDICE

- 1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO*
- 2 BALANÇO CONSOLIDADO*
- 3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
CONSOLIDADO*
- 4 FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO*
- 5 ANEXO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS*
- 6 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS*

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including initials like "AB", "AA", "K", "CP", and "KK".

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONSOLIDADO



INTRODUÇÃO

A consolidação de contas surge como instrumento que permite melhorar a informação contabilística prestada pela administração local, constituindo uma base mais sólida para a tomada de decisões por parte dos órgãos autárquicos, quer a nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das atividades das entidades que compõem o grupo municipal, bem como a avaliação das políticas locais. A consolidação de contas, traduz-se na elaboração de demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma única entidade se tratasse, com o objetivo de fazer transparecer uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do grupo municipal.



A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Neste seguimento, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No que diz respeito ao Perímetro de Consolidação, e analisando todas entidades conjugadas como disposto no artº 75º do RFALEI, foi considerada como entidade a incluir a empresa Municipal Infratroia E.M, cuja percentagem de capital detida pela Câmara Municipal de Grândola corresponde a 74,10 % pelo que foi integrado a 100% na consolidação, de acordo com o definido nas instruções do SATAPOCAL para a Consolidação de Contas.

A análise do quadro 1 e quadro 2 permite verificar quais as entidades incluídas e excluídas no perímetro de consolidação.

Quadro 1

Entidades incluídas no perímetro de consolidação – Artº 75º RFALEI			
Denominação	Sede	Percentagem capital detido	Nº médio de funcionários
Município de Grândola	Rua José Pereira Barradas, 11, 7570-281 Grândola		412
INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.	Rua da Aroeira - Tróia 7570-789 Carvalhal GDL	74,1%	19

Quadro 2

Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação - Artº 75º RFALEI		
Denominação	Sede	Percentagem capital detido
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL)	Largo Manuel Sobral, Edifício do GAT 7570-132 Grândola	20%
AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente	Largo Manuel Sobral, Edifício do GAT 7570-132 Grândola	14,29%
AMBAAL - Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Praça da República nº.12 Apartado 70 7800-953 Beja	2,20%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Manorco e sousa, 52 3044-511 Coimbra	0,32%
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelinho, N.º 17 5100-127 Lamego	0,58%
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Torreão do mercado municipal - rua 16 de Novembro 2070-909 Cartaxo	1,20%
AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo	Praça da Republica 7800-427 Beja	5,28%



Para uma análise mais circunstanciada das demonstrações financeiras incluídas na consolidação, tecem-se algumas considerações à entidade incluída na consolidação.



1. ENTIDADE PARTICIPADA - INFRATROIA

A 12 de Abril de 2001, foi constituída a Infratróia, Infraestruturas de Tróia, E.M., mantendo até hoje a mesma estrutura acionista, com o Município de Grândola a deter 74,1% e a Imoareia, SA, 25,9% do capital social.

A Empresa (Infratróia, Infraestruturas de Tróia, E.M.) tem por objeto social a exploração de atividades de interesse geral e de promoção do desenvolvimento da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT), incluindo as seguintes atividades:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
- b) Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruído, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
- c) Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
- d) Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
- e) Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
- f) Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT.

[Handwritten signature]
91

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Tróia, ratificado pela Resolução de Concelho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.

A estrutura hierárquica e funcional da Infratróia está esquematizada no organograma que se apresenta a seguir:

[Handwritten signature]
92



O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável, pelo que assume a responsabilidade e dispõe da autoridade necessária para assegurar:

- que os processos são estabelecidos, implementados e mantidos
- que é realizado o reporte do desempenho do sistema e sua implementação às melhorias necessárias
- a promoção da consciencialização dos colaboradores para com os requisitos dos clientes
- a comunicação para com outras entidades nos assuntos relacionados com a empresa

2.2 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Não se pretende que as contas consolidadas venham substituir as contas individuais, mas que sejam um complemento por forma a permitir uma melhor gestão das



entidades consolidadas. Neste sentido, avaliando os métodos de consolidação existentes:

- Método da simples agregação - aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efectivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante. Este método traduz-se na soma algébrica dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades pertencentes ao grupo público, sendo obrigatória a eliminação, designadamente, dos saldos, das transacções, das transferências e subsídios e dos resultados incorporados em activos relativos a operações efectuadas entre essas entidades.
- Método de consolidação integral - aplica-se quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50 % dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada e consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respectivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários. Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adoptar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso nº 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.
- Método de Equivalência Patrimonial - aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável qualquer dos métodos referidos nas alíneas anteriores. Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos



capitais próprios da entidade participada. Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, adoptar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13, publicada no Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

Tendo em consideração o perímetro de consolidação definido e o grupo de entidades a consolidar pelo Município Grândola – Câmara Municipal, o método a utilizar é o método de consolidação integral.

3. Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os ativos, os passivos, os fundos próprios/capital próprio, os resultados e, as receitas e despesa de natureza orçamental das entidades incluídas na consolidação, como se se tratasse de uma única entidade, contudo, não existiram operações internas susceptíveis de serem enquadradas na demonstração financeira.

Sendo este o primeiro exercício em que são apresentadas contas consolidadas, não são apresentados valores comparativos do exercício anterior. Como tal, não é possível realizar uma análise da evolução do grupo.

Relativamente ao processo prévio à consolidação, a entidade integrante do perímetro de consolidação que aplica o Sistema de Normalização Contabilística, SNC (INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.) disponibilizou as suas contas, tendo sido efectuada a conversão para o POCAL, de acordo com os critérios estabelecidos no Manual de Consolidação. Em seguida procedeu-se à homogeneização e à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo municipal. Depois desse processo, procedeu-se à agregação dos dados, o que permitiu obter uma imagem verdadeira, fiel e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CB', 'AS', and others.

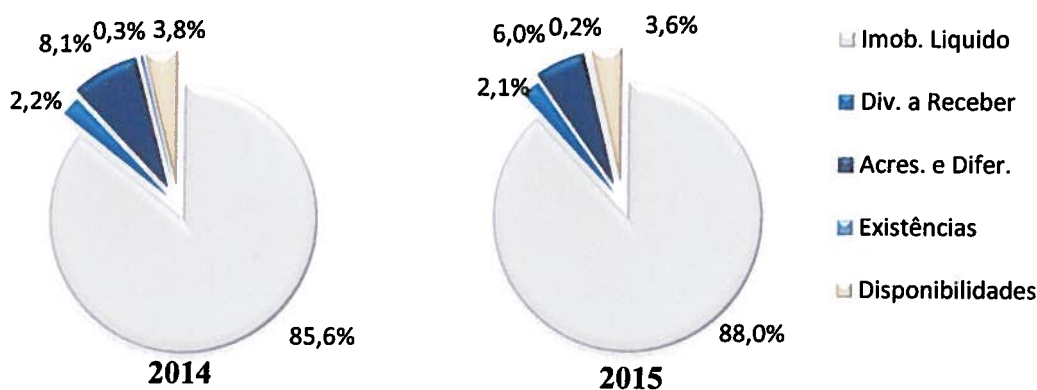
3.1 Análise ao Balanço Consolidado

No final de 2015, o Grupo Municipal registava no lado do Activo um montante de 79.657.939,20 €, um valor de Capital Próprio de 57.693.890,22 € e um passivo de 21.964.048,98 €.

Quadro IV

Activo	2014	2015	Var %
Imobilizado liquido	53.689.145,38	70.132.887,00	30,6%
Existências	176.255,92	183.964,30	4,4%
Dividas a receber	1.391.065,04	1.671.969,73	20,2%
Disponibilidades	2.389.210,50	2.882.807,22	20,7%
Acréscimos e diferimentos	5.051.997,70	4.786.310,95	-5,3%
Total Activo	62.697.674.54	79.657.939.20	27.1%

ACTIVO CONSOLIDADO

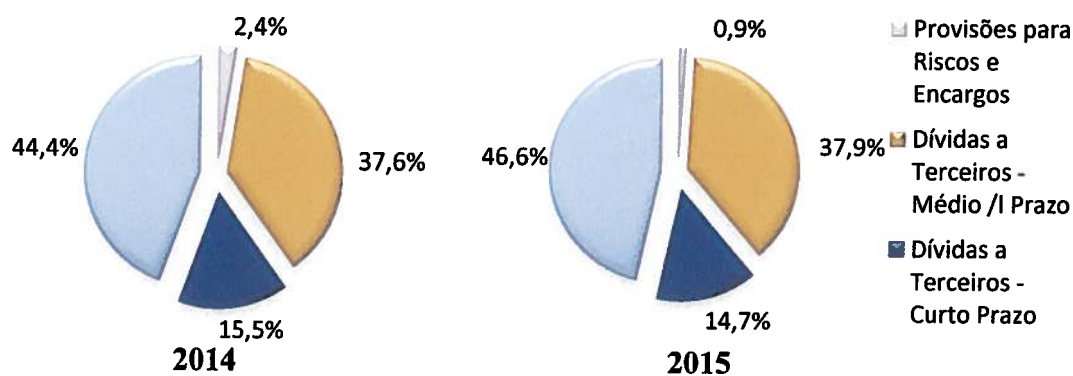


O Balanço Consolidado do Grupo Municipal regista um Activo Líquido total de 79,6 milhões de euros, constituído maioritariamente pelo activo imobilizado que ascende a 70.132.887,00 € (88 % do total do balanço).

As restantes rubricas representam cerca de 12 % do activo Líquido, o que se traduz no montante de cerca de 9,5 Milhões de euros.

Passivo e Capital Próprio	2014	2015	Var %
Património	31.862.663,10	34.378.530,11	7,9%
Reservas Subsídios e doações	2.109.108,57	24.208.834,00	1047%
Resultados Transitados	2.075.451,78	-2.582.632,71	-224,4%
Resultado Líquido do Exercício	2.651.388,81	1.549.081,52	-41,6%
Interesses Minoritários	137.744,23	140.077,30	1,7%
Provisões Riscos e Encargos	584.000,00	190.000,00	-67,5%
Dív. a Terceiros - Médio /l Prazo	8.968.550,01	8.323.577,12	-7,2%
Dív. a Terceiros – Curto Prazo	3.703.429,47	3.219.814,81	-13,1%
Acréscimos e Diferimentos	10.605.338,57	10.230.657,05	-3,5%
Total Passivo e Capital Próprio	62.697.674.54	79.657.939.20	27.1%

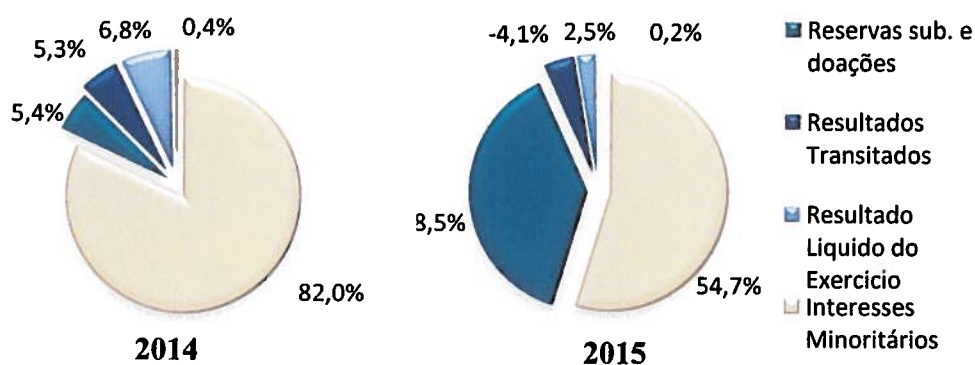
PASSIVO



O total do Passivo do Grupo Municipal representa 21.964.048,98 €, com o maior peso de dívidas a terceiros de curto e médio e longo prazo (52,5%), sendo que, relativamente a dívida de terceiros de médio e longo prazo, a maior expressão reside nos empréstimos contraídos pelo Município cujo valor ascende a 7.075.866,58 € representando cerca de 32 % do passivo consolidado.

Relativamente aos acréscimos e diferimentos, o valor de cerca de 10,2 Milhões de Euros representa cerca de 46 % do valor do passivo. A rubrica de provisões de riscos e encargos, regista um valor de 190.000,00 €, integrando as responsabilidades do Município derivadas de riscos relacionados com processos judiciais.

CAPITAL PRÓPRIO



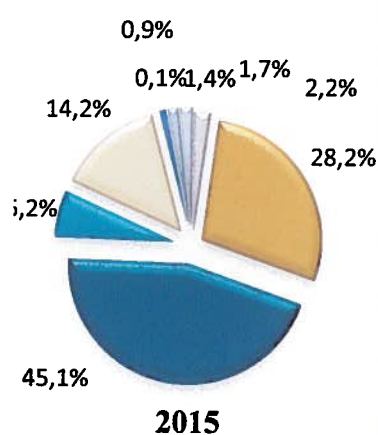
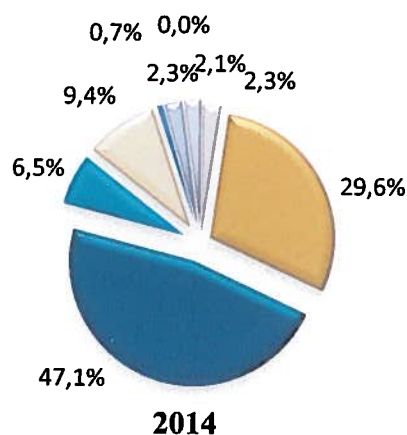
A estrutura dos Fundos Próprios consolidados, representa, no final do exercício de 2015, 57.693.890,22 €, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do Grupo Municipal que tem um peso de 59,5%.

3.2 Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

Custos e Perdas	2014	2015	Var %
CMVMC	426.938,54	426.506,49	-0,1%
Forn. Serviços Externos	5.547.575,68	5.444.254,80	-1,9%
Custos com o pessoal	8.819.918,15	8.706.076,33	-1,3%
Transf. Sub. Concedidos e Prest. Sociais	1.223.748,05	1.205.356,88	-1,5%
Amortizações do Exercício	1.753.127,38	2.735.585,58	56,0%
Provisões do Exercício	123.929,41	166.370,97	34,2%
Outros Custos Operacionais	2.377,00	10.033,00	322,1%

Custos e Perdas	2014	2015	Var %
(A)	17.897.614,21	18.694.184,05	4,5%
Custos e perdas financeiros	424.401,93	274.401,79	-35,3%
(C)	18.322.016,14	18.968.585,84	3,5%
Custos e perdas extraordinários	398.397,80	328.252,62	-17,6%
Total de Custos e Perdas	18.720.413.94	19.296.838.46	3.1%

CUSTOS E PERDAS



- CMVMC
- Forn. Serviços Externos
- Custos com o pessoal
- Transf. Sub. Concedidos e Prest. Sociais
- Amortizações do Exercício
- Provisões do Exercício
- Outros Custos Operacionais
- Custos e perdas financeiros
- Custos e perdas extraordinários

Em 2015 o Grupo Municipal evidenciou custos totais que ascenderam a 19.296.838,46€, sendo que o Município de Grândola contribui em cerca de 92,9% para o respectivo valor, e a infratroia E.M com cerca de 7,1 %.

Analisando a desagregação de custos do Grupo Municipal, verifica-se que os custos com o pessoal, e, os fornecimentos e serviços externos, representam a maior fatia nos custos totais, com percentagens de 45,1 % e 28,2% respectivamente.

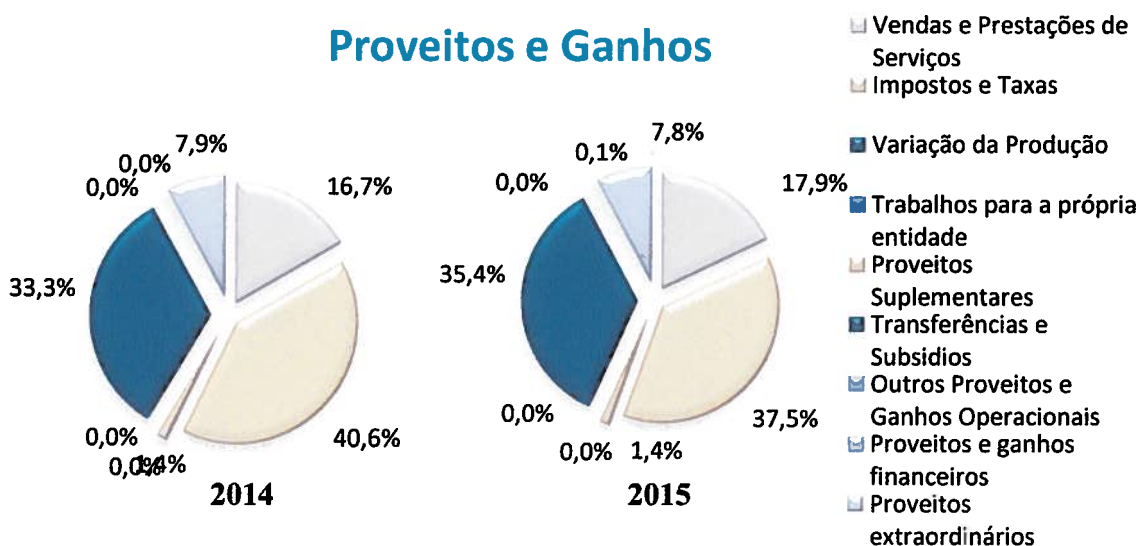
Os custos de natureza financeira e extraordinária cifraram-se no seu conjunto em cerca de 602 Mil Euros com expressão de 3,1% nos custos totais



Proveitos e Ganhos	2014	2015	Var %
Vendas e Prestações de Serviços	3.570.548,78	3.741.478,06	4,8%
Impostos e Taxas	8.674.091,28	7.818.765,98	-9,9%
Variação da Produção			
Trabalhos para a P. entidade			
Proveitos Suplementares	301.220,56	284.273,67	-5,6%
Transferências e Subsidios	7.124.873,44	7.388.266,78	3,7%
Out. Prov. Ganhos Operacionais (B)	10.032,00	243,00	-97,6%
Proveitos e ganhos financeiros (D)	10.615,87	15.967,73	50,41%
Proveitos extraordinários	19.691.381,93	19.248.995,22	-2,25%
	1.687.953,07	1.617.311,65	-4,19%
Total de Proveitos e Ganhos	21.379.335.00	20.866.306.87	-2.4%



Proveitos e Ganhos



No ano de 2015 os Proveitos totais do Grupo Municipal perfizeram 20.866.306,87 € tendo o Município de Grândola contribuindo em cerca de 93,3% para o respectivo valor, e, a infratroia E.M com cerca de 6,7 %.



Analisando a natureza dos proveitos, verifica-se que em 2015 os proveitos e ganhos operacionais registaram um montante de 19.233.027,49 € (92,1%), os proveitos financeiros 15.967,73 € (0,1%) , e por fim os proveitos extraordinários 1.617.311,65 € (7,8%) .



3.3 Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

Os resultados consolidados apresentaram em 2015 a seguinte estrutura:

Quadro XV

Em Euros

	2015
Resultados Operacionais	538.843,44
Resultados Financeiros	-258.434,06
Resultados Correntes	280.409,38
Resultados Extraordinários	1.289.059,03
Resultados Antes Impostos	1.569.468,41
Imposto S/ Rendimento Exer.	17.282,00
Resultado Líquido Exercício	1.552.186,41
Interesses Minoritários	3.104,89
RLE – Após Interesses Minoritários	1.549.081,52

Os resultados do Grupo Municipal registaram um valor antes de impostos de 1.569.468,41 €, verificando-se um uma variação de cerca de 30 Mil Euros face aos resultados individuais do Município que derivou da incorporação dos Resultados Líquidos da Infratroia E.M.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CB', 'V', 'G', 'AA', 'Z', 'A', 'CB', and 'VH'.

Após a consideração do imposto sobre o rendimento do exercício e da desagregação do montante relativo aos interesses minoritários, obteve-se Resultado Líquido do Exercício de 1.549.081,52 €.

3.4 Indicadores financeiros – Grupo Municipal

	2014	2015
Liquidez Geral	106,83%	147,17%
Liquidez Imediata	64,51 %	89,53 %
Autonomia Financeira	61,94 %	72,43 %
Solvabilidade	162,76 %	262,67 %
Endividamento	38,06 %	27,57 %
Fundo de Maneio	253.101,99 €	1.518.926,44 €

A análise aos rácios permite constatar de um modo geral a estabilidade da situação económico-financeira do Grupo Municipal, verificando-se uma evolução positiva de todos os indicadores comparativamente ao ano anterior, verificando-se a pouca dependência do grupo face a financiamentos externos, o que confere maior autonomia, e por conseguinte maior capacidade de solvabilidade dos compromissos assumidos.

O grau de endividamento obtido confirma a pouca expressão do peso dos capitais alheios no financiamento das atividades do grupo traduzindo-se num baixo grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten signature and initials in blue ink.

2

BALANÇO

CONSOLIDADO

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	BALANÇO CONSOLIDADO - ACTIVO			
		2015		2014	
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	9.294.398,78		9.294.398,78	5.062.206,30
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	34.471.384,72	9.949.482,27	24.521.902,45	12.657.593,74
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	82.337,22	2.798,24	79.538,98	80.091,59
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	200.465,27		200.465,27	309.352,51
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		44.048.585,99	9.952.280,51	34.096.305,48	18.109.244,14
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	509.219,46	323.552,07	185.667,39	25.323,61
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		509.219,46	323.552,07	185.667,39	25.323,61
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	8.768.128,86		8.768.128,86	8.521.495,61
422	Edifícios e outras construções	16.506.960,57	2.547.537,38	13.959.423,19	14.075.506,14
423	Equipamento básico	3.020.637,63	2.045.934,21	974.703,42	407.774,05
424	Equipamento de transporte	3.554.734,36	2.826.577,44	728.156,92	768.346,66
425	Ferramentas e utensílios	206.048,31	169.568,69	36.479,62	29.196,34
426	Equipamento administrativo	2.261.030,90	2.064.615,96	196.414,94	199.852,16
427	Taras e vasilhame				
428	Equipamento Informático	1.422.630,13	1.156.967,61	265.662,52	156.396,91
429	Outras imobilizações corpóreas	227.210,51	197.422,06	29.788,45	32.312,50
442	Imobilizações em curso	10.064.790,98		10.064.790,98	11.363.665,26
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		46.032.172,25	11.008.623,35	35.023.548,90	35.554.545,63
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	0,00		0,00	
412	Obrigações e títulos de participação	827.209,23		827.209,23	
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	156,00		156,00	32,00
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		827.365,23	0,00	827.365,23	32,00
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	183.964,30		183.964,30	176.255,92
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		183.964,30	0,00	183.964,30	176.255,92
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	237.345,00	114.767,00	122.578,00	85.016,00
212	Contribuintes c/c	27.675,14		27.675,14	7.087,59
213	Utentes c/c	832.281,69		832.281,69	395.651,43
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	227.686,05	221.646,75	6.039,30	736,39
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores	11.224,00		11.224,00	16.910,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	73.800,00		73.800,00	73.800,00
24	Estado e outros entes públicos	97.836,38		97.836,38	95.358,55
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	500.535,22		500.535,22	716.505,08
		2.008.383,48	336.413,75	1.671.969,73	1.391.065,04
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	2.814.071,08		2.814.071,08	2.376.240,15
11	Caixa	17.000,14		17.000,14	12.970,35
13	Montantes afetos a Entidades Terceiras	51.736,00		51.736,00	
		2.882.807,22	0,00	2.882.807,22	2.389.210,50
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	4.130.508,82		4.130.508,82	4.308.851,80
272	Custos diferidos	655.802,13		655.802,13	743.145,90
		4.786.310,95	0,00	4.786.310,95	5.051.997,70
	Total de Amortizações.....		14.058.043,73		
	Total de Provisões.....		55.686,39		
	Total do Activo.....	101.278.808,88	21.620.869,68	79.657.939,20	62.697.674,54

BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade : Grupo Municipal

Ano 2015

CÓDIGO DAS CONTAS	PASSIVO	2015	2014
	Fundos próprios:		
51	Património	34.378.530,11	31.862.663,10
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.574.197,25	1.441.161,50
572	Reservas estatutárias	177.213,86	176.935,98
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	22.457.422,90	491.011,09
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	-2.582.632,71	2.075.451,78
88	Resultado líquido em exercício	1.549.081,52	2.651.388,81
	Interesses Minoritários	140.077,30	137.744,23
		57.693.890,22	38.836.356,49
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	190.000,00	584.000,00
		190.000,00	584.000,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7.075.866,58	7.977.443,11
2612	Fornecedores de locação Financeira	20.665,00	31.989,00
2615	Outros Credores	1.227.045,54	959.117,90
		8.323.577,12	8.968.550,01
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	849.570,00	791.789,81
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	987.557,85	1.879.525,87
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	87,00	190,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	216.873,45	456.997,07
24	Estado e outros entes públicos	128.638,88	113.808,97
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	822.388,03	246.426,11
217+2613	Credores de Operações não Orçamentais	214.699,60	214.691,64
		3.219.814,81	3.703.429,47
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.439.019,43	1.468.885,84
274	Proveitos diferidos	8.791.637,62	9.136.452,73
		10.230.657,05	10.605.338,57
	Total do Passivo.....	21.964.048,98	23.861.318,05
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo.....	79.657.939,20	62.697.674,54

ORGÃO EXECUTIVO

EM

DE

DE

ORGÃO DELIBERATIVO

EM

24

DE

Junho

DE

16

RANIEL ROSAL GUZ

Carolina Batista

Fernando Sardinha

11/10/15

3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Entidade : Grupo Municipal

Ano 2015

Demonstração de Resultados Consolidada					
Código das Contas	Descrição	Exercício N		Exercício N -1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias		426.506,49		426.938,54
62	Fornecimentos e serviços externos:		5.444.254,80		5.547.575,68
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	7.019.129,43		6.974.087,29	
643 a 648	Encargos sociais	1.686.946,90	8.706.076,33	1.845.830,86	8.819.918,15
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		1.205.356,88		1.223.748,05
66	Amortizações do exercício		2.735.585,58		1.753.127,38
67	Provisões do exercício		166.370,97		123.929,41
65	Outros custos operacionais		10.033,00		2.377,00
	(A)		18.694.184,05		17.897.614,21
68	Custos e perdas financeiros		274.401,79		424.401,93
	(C)		18.968.585,84		18.322.016,14
69	Custos e perdas extraordinários		328.252,62		398.397,80
	(E)		19.296.838,46		18.720.413,94
	Imposto Sobre o Rendimento do período		17.282,00		6.447,00
88	Resultado líquido do exercício.....		1.552.186,41		2.652.474,06
	Proveitos e ganhos		20.866.306,87		21.379.335,00
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Venda de produtos	808.887,94		780.577,33	
712	Prestações de serviços	2.932.590,12	3.741.478,06	2.789.971,45	3.570.548,78
72	Impostos e taxas		7.818.765,98		8.674.091,28
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares		284.273,67		301.220,56
74	Transferências e subsídios obtidos		7.388.266,78		7.124.873,44
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		243,00		10.032,00
	(B)		19.233.027,49		19.680.766,06
78	Proveitos e ganhos financeiros		15.967,73		10.615,87
	(D)		19.248.995,22		19.691.381,93
79	Proveitos extraordinários		1.617.311,65		1.687.953,07
	(F)		20.866.306,87		21.379.335,00
Resumo	Resultados Operacionais: (B - A)		538.843,44		1.783.151,85
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-258.434,06		-413.786,06
	Resultados Correntes: (D - C)		280.409,38		1.369.365,79
	Imposto Sobre o Rendimento do período		17.282,00		6.447,00
	Resultados Líquido do Exercício: (F - E)		1.552.186,41		2.652.474,06
	Interesse Minoritários		3.104,89		1.085,25
	Resultado líquido após Interesses Minoritários		1.549.081,52		2.651.388,81

ORGÃO EXECUTIVO

EM DE DE

Carineu Batista

Fernando S. Silva

Gauss Guerra

Isabel Mendes

ORGÃO DELIBERATIVO

EM 26 DE Junho DE 2016

RAFAEL RODRIGUES

Luís N. Silva

Al. L. Silva

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Handwritten initials and marks in the middle right side.

4

FLUXO DE CAIXA

CONSOLIDADO

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Entidade : Grupo Municipal

Ano 2015

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência Anterior		2.389.210,50	Despesas Orçamentais		19.483.260,67
Execução Orçamental	2.043.614,08		Correntes	16.568.838,07	
Operações de Tesouraria	345.596,42		Capital	2.914.422,60	
Receitas Orçamentais		19.975.348,95	Operações de Tesouraria		1.741.840,27
Correntes	18.924.563,87		Saldo para a Gerência Seguinte		2.882.807,22
Capital	1.050.785,08		Execução Orçamental	2.535.702,36	
Operações de Tesouraria		1.743.348,71	Operações de Tesouraria	347.104,86	
Total		24.107.908,16	Total		24.107.908,16

ORGÃO EXECUTIVO

EM _____ DE _____ DE _____

[Assinatura]

Carina Batista

Fernando Sardinha

Grace Queiroz

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

ORGÃO DELIBERATIVO

EM 26 DE Junho DE 16

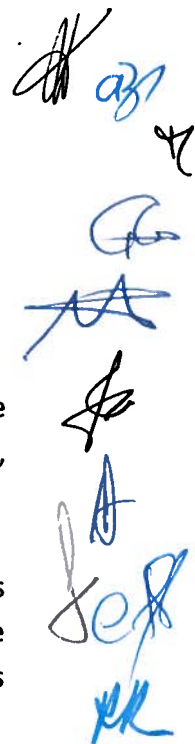
[Assinatura]

[Assinatura]

5

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS



INTRODUÇÃO

O Município de Grândola apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2014, reportado a 31 de dezembro.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelecendo mudanças legislativas significativas relativamente à Prestação de Contas Consolidadas.

Na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) adotou-se o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, onde se indicam um conjunto de princípios orientadores da consolidação de contas no setor público administrativo, definindo os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Sem prejuízo no disposto nessa portaria, o grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emanou a 28 de abril de 2010 as instruções a seguir na consolidação de contas.

Este novo normativo legal nos art.º 75º e 76º da Lei n.º 73/2013, define as novas regras para a consolidação de contas. Em relação à anterior lei verifica-se a alteração no perímetro de consolidação. Em suma o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 75 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º3 do art.º75 da Lei n.º 73/2013 – Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:

Entidade Mãe - Município de Grândola



Sede Social – Rua Dr. José Pereira Barradas, 7570-281 Grândola

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



Infratróia – Infraestruturas de Tróia, E.M.

Sede Social - Rua da Aroeira – Tróia, 7570-789 Carvalhal GDL

Atividade Principal – Distribuição de água

Detida a 74,10% pelo município.

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2015:

Categoria	Nº de trabalhadores	
	Município de Grândola	Infratróia
Administrador		
Dirigente Superior		
Dirigente Intermédio	6	
Técnico Superior	84	3
Assistente Técnico	119	5
Assistente Operacional	190	11
Informática	6	
Outros	7	2
TOTAL	412	19

3. Informações de procedimentos de consolidação:

O município detém 74,10% do capital da participada, aplica-se no grupo consolidado o método de consolidação integral. Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos constantes das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

Para garantir uma uniformização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se revelam necessários, os documentos de prestação de contas da entidade consolidada, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo:

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

Designação das contas	Município de Grândola	Infratróia	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimos de médio longo prazo	7.075.866,58	0	7.075.866,58
Fornecedores de imobilizado (1)	0	20.665,00	20.665,00
Outros Credores	1.227.045,54	0	1.227.045,54
TOTAL	8.302.912,12	20.665,00	8.323.577,12

(1) - Leasing

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Não aplicável.

6. Informações relativas a compromissos

No balanço consolidado não existem compromissos assumidos pelo município para exercícios futuros relativo à entidade consolidante.

As entidades do grupo consolidado apresentam em 31/12/2015 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Município de Grândola

Banco	Nº Garantia	Valor da Garantia	Tipo
CGD	4897093	10.100,66	Garantia bancária
CGD	5621093	23.702,88	Garantia bancária
CGD	6644093	26.186,89	Garantia bancária
BPI	8302804	17.325,00	Garantia não financeira
BPI	41951675200	122.949,60	Garantia não financeira
Total		200.265,03	

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.

7.1 Imobilizações

Os ativos imobilizados do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados. As despesas de reparação e manutenção sem grande relevo são consideradas como custo no ano que ocorrem. As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

Investimentos Financeiros

Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão). Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Excepto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objecto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro.

7.2 Locação Financeira

Os ativos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor

das rendas e a amortização do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo médio ponderado

7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência. São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

No grupo consolidado municipal cada uma das entidades registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

8. Informações diversas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».

No ano de 2015 na rubrica de despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento registou-se a acessoria científica e técnica no domínio da gestão urbanística e da requalificação urbana no valor de 91.635,00 €, o projecto de execução do parque equipado das piscinas no valor de 33.235,03 €, o estudo prévio e projecto para a variante nascente/sul de Grândola no valor de 29.880,00 €, o projecto de execução das piscinas exteriores do Complexo desportivo José Afonso no valor de

38.648,63 €, e o projecto de requalificação urbana da entrada poente e regeneração urbana urbana do centro tradicional de Grândola, no valor de 72.646,67 €.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

A 31 de dezembro de 2015 as rubricas dos bens de imobilizado do grupo municipal, relativos ao ativo bruto e amortizações apresentam os seguintes valores:

ACTIVO BRUTO

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO/AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	- €	- €	827.209,23 €	€	- €	827.209,23 €
41.1	Partes de capital	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.1.1	Associações de municípios	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.1.1.1	Associação Nacional de Municípios Portugueses	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.1.2	Empresas municipais e intermunicipais	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.1.2.1	SAP - SERVIÇO DE APOIO A PRAIAS, EM	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.1.2.2	INFRA-ESTRUTURAS DE TROLA	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.1.3	Empresas privadas ou cooperativas	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.2	Obrigações e títulos de participação	- €	- €	827.209,23 €	€	- €	827.209,23 €
41.2.1	Empresas municipais e intermunicipais	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.2.2	Fundo de Apoio Municipal	- €	- €	827.209,23 €	€	- €	827.209,23 €
41.4	Investimentos em imóveis	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.4.1	Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.4.2	Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.4.2.1	Edifícios	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.4.2.2	Outras construções	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.5	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.5.1	Depósitos em instituições financeiras	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.5.2	Títulos de dívida pública	- €	- €	- €	€	- €	- €
41.5.3	Outros títulos	- €	- €	- €	€	- €	- €
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	34.330.379,82 €	- €	2.408.682,60 €	165.599,87 €	606.080,28 €	35.967.382,27 €
42.1	Terrenos e recursos naturais	8.521.495,61 €	- €	384.433,12 €	137.799,87 €	- €	8.768.128,86 €
42.2	Edifícios e outras construções	16.323.259,01 €	- €	183.701,56 €	€	- €	16.506.960,57 €
42.2.1	Edifícios	15.928.091,17 €	- €	130.809,55 €	€	- €	16.058.900,72 €
42.2.1.01	Habituação	3.219.177,04 €	- €	- €	€	- €	3.219.177,04 €
42.2.1.02	Instalações de Serviços	2.643.810,57 €	- €	22.097,60 €	€	- €	2.665.908,17 €
42.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	3.945.653,56 €	- €	- €	€	- €	3.945.653,56 €
42.2.1.04	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	892.760,46 €	- €	- €	€	- €	892.760,46 €
42.2.1.05	Creches	- €	- €	- €	€	- €	- €
42.2.1.06	Escolas	4.497.457,98 €	- €	- €	€	- €	4.497.457,98 €
42.2.1.07	Lares de terceira idade	10.530,00 €	- €	- €	€	- €	10.530,00 €
42.2.1.08	Outros	718.701,56 €	- €	108.711,95 €	€	- €	827.413,51 €

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO/AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
42.2.2	Outras construções	395.167,84 €	- €	52.892,01 €	€	- €	448.059,85 €
42.2.2.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	- €	- €	- €	€	- €	- €
42.2.2.02	Esgotos	11.350,55 €	- €	- €	€	- €	11.350,55 €
42.2.2.03	Iluminação pública	68.296,82 €	- €	- €	€	- €	68.296,82 €
42.2.2.04	Parques e jardins	140.060,87 €	- €	447,72 €	€	- €	140.508,59 €
42.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	16.717,62 €	- €	- €	€	- €	16.717,62 €
42.2.2.06	Captação, tratamento e distribuição de água	27.002,10 €	- €	- €	€	- €	27.002,10 €
42.2.2.07	Viação rural	- €	- €	- €	€	- €	- €
42.2.2.08	Sinalização e trânsito	87.602,91 €	- €	52.444,29 €	€	- €	140.047,20 €
42.2.2.09	Infra-estruturas para distr. de energia eléctrica	- €	- €	- €	€	- €	- €
42.2.2.10	Infra-estruturas p/ tratamento de resíduos	35.919,54 €	- €	- €	€	- €	35.919,54 €
42.2.2.11	Cemitérios	5.371,03 €	- €	- €	€	- €	5.371,03 €
42.2.2.12	Outras	2.846,40 €	- €	- €	€	- €	2.846,40 €
42.3	Equipamento básico	1.967.480,43 €	- €	1.064.740,11 €	€	11.582,91 €	3.020.637,63 €
42.4	Equipamento de transporte	3.360.807,58 €	- €	221.726,78 €	€	- €	3.554.734,36 €
42.5	Ferramentas e utensílios	183.363,28 €	- €	25.775,76 €	€	3.090,73 €	206.048,31 €
42.6	Equipamento administrativo	2.446.394,79 €	- €	153.421,86 €	€	338.785,75 €	2.261.030,90 €
42.7	Taras e vasilhame	- €	- €	- €	€	- €	- €
42.8	Equipamento de informática	1.300.702,66 €	- €	373.057,43 €	€	251.129,96 €	1.422.630,13 €
42.9	Outras imobilizações corpóreas	226.876,46 €	- €	1.825,98 €	€	1.490,93 €	227.211,51 €
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	243.174,13 €	- €	266.045,33 €	€	- €	509.219,46 €
43.1	Despesas de instalação	- €	- €	- €	€	- €	- €
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	243.174,13 €	- €	266.045,33 €	€	- €	509.219,46 €
43.3	Propriedade industrial e outros direitos	- €	- €	- €	€	- €	- €
43.9	Outras	- €	- €	- €	€	- €	- €
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	11.673.017,77 €	- €	742.531,68 €	€	2.150.293,20 €	10.265.256,25 €
44.1	Imobilizações em curso de investimentos financeiro	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.1.1	Partes de capital	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.1.2	Obrigações e títulos de participação	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.1.4	Investimentos em imóveis	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.1.5	Outras aplicações financeiras	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.2	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	11.363.665,26 €	- €	702.769,75 €	€	2.001.644,03 €	10.064.790,98 €
44.2.1	Terrenos e recursos naturais	84.278,00 €	- €	- €	€	25.400,00 €	58.878,00 €
44.2.2	Edifícios e outras construções	11.223.238,11 €	- €	674.867,11 €	€	1.975.917,78 €	9.922.187,44 €
44.2.2.1	Edifícios	1.356.199,35 €	- €	130.787,15 €	€	23.251,38 €	1.463.735,12 €
44.2.2.1.01	Habituação	143.280,18 €	- €	18.494,25 €	€	55,68 €	161.718,75 €
44.2.2.1.02	Instalações de serviços	501.289,57 €	- €	70.878,01 €	€	20.515,00 €	551.652,58 €
44.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	572.543,59 €	- €	7.304,59 €	€	- €	579.848,18 €
44.2.2.1.04	Mercados e instalações de fiscal.sanitária	16.051,64 €	- €	- €	€	- €	16.051,64 €
44.2.2.1.05	Creches	24.524,80 €	- €	90,00 €	€	- €	24.614,80 €
44.2.2.1.06	Escolas	93.515,82 €	- €	34.020,30 €	€	- €	127.536,12 €
44.2.2.1.07	Lares de terceira idade	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.2.2.1.08	Outros edifícios	4.993,75 €	- €	- €	€	2.680,70 €	2.313,05 €
44.2.2.2	Outras construções	9.867.038,76 €	- €	544.079,96 €	€	1.952.666,40 €	8.458.452,32 €

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO/AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
44.2.2.2.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	3.951.423,76 €	- €	273.100,26 €	€	1.176.953,61 €	3.047.570,41 €
44.2.2.2.02	Esgotos	742.556,20 €	- €	71.395,35 €	€	346.181,46 €	467.770,09 €
44.2.2.2.03	Iluminação pública	224.297,89 €	- €	16.502,24 €	€	2.059,09 €	238.741,04 €
44.2.2.2.04	Parques e jardins	3.120,91 €	- €	478,88 €	€	- €	3.599,79 €
44.2.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	1.502.012,60 €	- €	85.171,68 €	€	- €	1.587.184,28 €
44.2.2.2.06	Captação, tratamento e distribuição de água	85.355,84 €	- €	59.230,25 €	€	9.276,16 €	135.309,93 €
44.2.2.2.07	Viação rural	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.2.2.2.08	Sinalização e trânsito	2.021,99 €	- €	2.675,25 €	€	- €	4.697,24 €
44.2.2.2.09	Infraestruturas p/distrib. de energia eléctrica	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.2.2.2.10	Infraestruturas p/tratam.de resíduos sólidos	86.595,21 €	- €	32.957,92 €	€	12.474,06 €	107.079,07 €
44.2.2.2.11	Cemitérios	- €	- €	93,00 €	€	- €	93,00 €
44.2.2.2.12	Outras	3.269.654,36 €	- €	2.475,13 €	€	405.722,02 €	2.866.407,47 €
44.2.3	Equipamento básico	13.576,07 €	- €	- €	€	- €	13.576,07 €
44.2.4	Equipamento de transporte	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.2.5	Ferramentas e utensílios	- €	- €	817,09 €	€	- €	817,09 €
44.2.6	Equipamento administrativo	10.771,65 €	- €	- €	€	- €	10.771,65 €
44.2.7	Taras e vasilhame	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.2.9	Outras imobilizações corpóreas	31.801,43 €	- €	27.085,55 €	€	326,25 €	58.560,73 €
44.3	Imobilizações em curso de incorporação	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.3.1	Despesas de instalação	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimentos	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.3.4	Aquisição de serviços	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	309.352,51 €	- €	39.761,93 €	€	148.649,17 €	200.465,27 €
44.5.1	Terrenos e recursos naturais	140.293,45 €	- €	- €	€	140.293,45 €	- €
44.5.2	Edifícios	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.5.3	Outras construções e infra-estruturas	169.059,06 €	- €	39.761,93 €	€	8.355,72 €	200.465,27 €
44.5.3.1	VIADUTOS ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	151.257,90 €	- €	20.583,38 €	€	8.355,72 €	163.485,56 €
44.5.3.2	PARQUES E JARDINS	17.801,16 €	- €	19.178,55 €	€	- €	36.979,71 €
44.5.4	Bens do património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.5.5	Outros bens de domínio público	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.6	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.7	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.8	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	- €	- €	- €	€	- €	- €
44.9	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	- €	- €	- €	€	- €	- €
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	21.500.585,39 €	- €	22.347.535,33 €	€	- €	43.848.120,72 €
45.1	Terrenos e recursos naturais	5.062.206,30 €	- €	4.232.192,48 €	€	- €	9.294.398,78 €
45.2	Edifícios	- €	- €	- €	€	- €	- €
45.3	Outras construções e infraestruturas	16.356.041,87 €	- €	18.115.342,85 €	€	- €	34.471.384,72 €
45.5	Bens do património histórico, artístico e cultural	82.337,22 €	- €	- €	€	- €	82.337,22 €
45.9	Outros bens de domínio público	- €	- €	- €	€	- €	- €
TOTAL		67.747.157,11 €	- €	26.592.004,17 €	165.599,87 €	2.756.373,48 €	91.417.187,93 €

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO		REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
			ANOS ANT.	EXERC.		
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	14.058.044,73 €	5.105.816,15 €	2.735.586,58 €	614.989,53 €	21.284.456,93 €
48.1	De investimentos em imóveis	- €	- €	- €	- €	- €
48.1.1	Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €
48.1.2	Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €
48.1.2.1	Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €
48.1.2.2	Outras construções	- €	- €	- €	- €	- €
48.2	De imobilizações corpóreas	10.139.499,45 €	471.769,23 €	1.012.345,20 €	614.989,53 €	11.008.624,35 €
48.2.1	Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2	Edifícios e outras construções	2.247.752,87 €	18.371,48 €	281.414,03 €	- €	2.547.538,38 €
48.2.2.1	Edifícios	2.021.100,24 €	- €	235.482,21 €	- €	2.256.582,45 €
48.2.2.1.01	Habitação	331.107,82 €	- €	41.460,90 €	- €	372.568,72 €
48.2.2.1.02	Instalações de Serviços	337.525,95 €	- €	29.621,73 €	- €	367.147,68 €
48.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	793.489,26 €	- €	48.700,64 €	- €	842.189,90 €
48.2.2.1.04	Mercados e instalações de Fiscalização Sanitária	82.262,97 €	- €	11.751,85 €	- €	94.014,82 €
48.2.2.1.05	Creches	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.06	Escolas	327.809,75 €	- €	54.586,60 €	- €	382.396,35 €
48.2.2.1.07	Lares de Terceira Idade	530,32 €	- €	75,76 €	- €	606,08 €
48.2.2.1.08	Outros	148.374,17 €	- €	49.284,73 €	- €	197.658,90 €
48.2.2.2	Outras construções	226.652,63 €	18.371,48 €	45.931,82 €	- €	290.955,93 €
48.2.2.2.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.2.02	Esgotos	6.084,77 €	- €	1.344,41 €	- €	7.429,18 €
48.2.2.2.03	Iluminação Pública	44.365,92 €	- €	8.091,05 €	- €	52.456,97 €
48.2.2.2.04	Parques e Jardins	57.166,07 €	- €	17.223,62 €	- €	74.389,69 €
48.2.2.2.05	Instalações Desportivas e Recreativas	11.941,16 €	- €	1.194,12 €	- €	13.135,28 €
48.2.2.2.06	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	16.682,45 €	- €	3.525,60 €	- €	20.208,05 €
48.2.2.2.07	Viação Rural	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.2.08	Sinalização e Trânsito	56.589,60 €	18.371,48 €	12.898,79 €	- €	87.859,87 €
48.2.2.2.09	Infra-estruturas p/ distrib. energia eléctrica	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.2.10	Infra-estruturas p/ tratamento de resíduos	26.316,83 €	- €	1.298,43 €	- €	27.615,26 €
48.2.2.2.11	Cemitérios	5.371,03 €	- €	- €	- €	5.371,03 €
48.2.2.2.12	Outras	2.134,80 €	- €	355,80 €	- €	2.490,60 €
48.2.3	Equipamento básico	1.559.706,38 €	302.630,57	194.762,50 €	11.165,24 €	2.045.934,21 €
48.2.4	Equipamento de transporte	2.592.460,92 €	- €	251.491,52 €	17.375,00 €	2.826.577,44 €
48.2.5	Ferramentas e utensílios	154.166,94 €	- €	18.185,24 €	2.783,49 €	169.568,69 €
48.2.6	Equipamento administrativo	2.246.542,63 €	31.792,42 €	124.143,85 €	337.862,94 €	2.064.615,96 €
48.2.7	Taras e vasilhame	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.8	Equipamento Informático	1.144.305,75 €	118.974,76 €	137.846,33 €	244.159,23 €	1.156.967,61 €
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	194.563,96 €	- €	4.501,73 €	1.643,63 €	197.422,06 €
48.3	De imobilizações incorpóreas	217.850,52 €	- €	105.701,55 €	- €	323.552,07 €
48.3.1	Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	217.850,52 €	- €	105.701,55 €	- €	323.552,07 €
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	- €	- €	- €	- €	- €
48.5	De bens de domínio público	3.700.693,76 €	4.634.046,92	1.617.539,83 €	- €	9.952.280,51 €

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO		REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
			ANOS ANT.	EXERC.		
48.5.1	Terrenos e recursos naturais	- €	€	- €	- €	- €
48.5.2	Edifícios	- €	€	- €	- €	- €
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	3.698.448,13 €	4.634.046,92	1.616.987,22 €	- €	9.949.482,27 €
48.5.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	2.245,63 €	€	552,61 €	- €	2.798,24 €
48.5.9	Outros bens de domínio público	- €	€	- €	- €	- €
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	- €	€	- €	- €	- €
49.1	Partes de capital	- €	€	- €	- €	- €
49.2	Obrigações e títulos de participação	- €	€	- €	- €	- €
49.3	...	- €	€	- €	- €	- €
49.5	Outras aplicações financeiras	- €	€	- €	- €	- €
TOTAL		14.058.044,73 €	5.105.616,15 €	2.735.586,58 €	614.989,53 €	21.284.416,93 €

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não aplicável

i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades.

Designação das contas	Município de Grândola	Infratróia	Correções/Anulações Consolidação	Total Consolidado
Vendas	808.887,94	0,00	0,00	808.887,94
Prestação de serviços	1.814.711,12	1.117.879,00	0,00	2.932.590,12
TOTAL	2.623.599,06	1.117.879,00	0,00	3.741.478,06

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Entidade	Remunerações	
	Órgão executivo	Órgão Fiscalização
Município de Grândola	114.285,96	33.988,80
Infratróia	0,00	793,00
TOTAL	114.285,96	34.781,80

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdo não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Sendo este o primeiro exercício em que são apresentadas contas consolidadas, não são apresentados dados relativos ao exercício anterior, de acordo com a excepção transitória consagrada no ponto 4.7 da Orientação do SATAPOCAL.

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

6	Custos E Perdas	2015	2014	Codigo das Contas	Proveitos e Ganhos	2015	2014
681	Juros Suportados	149.068,93 €	283.892,45 €	781	Juros Obtidos	16.902,73 €	9.042,86 €
682	Perdas Em Entidades Participadas		- €	782	Ganhos Em Entidades Participadas		- €
683	Amortizações De Investimentos Em Imóveis		41.923,66 €	783	Rendimentos De Imóveis		- €
684	Provisões Para Participações Financeiras		- €	784	Rendimentos De Participações De Capital		- €
685	Diferenças De Câmbio Desfavoráveis		- €	785	Diferenças De Câmbio Favoráveis		- €
687	Perdas Na Alienação De Aplicações De Tesouraria		- €	786	Desc. De Pto. Pagamento Obtidos		- €
688	Outros Custos E Perdas Financeiras	122.823,86 €	118.585,82 €	787	Ganhos Na Alien. Aplic. Tesouraria		- €
	Resultados Financeiros	- 254.990,06 €	- 413.788,06 €	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		1.573,01 €
	Total	16.902,73 €	10.615,87 €		Total	16.902,73 €	10.615,87 €

r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Código das Contas	Custos E Perdas	2015	2014	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2015	2014
691	Transferências De Capital C.	122.300,12 €	130.936,40 €	791	Restituição De Impostos	- €	- €
692	Dívidas Incobráveis	- €	- €	792	Recuperação De Dívidas	- €	- €
693	Perdas Em Existências	1.713,44 €	4.869,25 €	793	Ganhos Em Existência	3.975,08 €	14.842,78 €
694	Perdas Em Imobilizações	156.690,62 €	9.462,34 €	794	Ganhos Imobilizações	347.125,73 €	251.968,97 €
695	Multas E Penalidades	11.167,00 €	972,01 €	795	Benefícios Penal. Contratuais	27.387,82 €	18.645,75 €
696	Aumentos Amortiz./ Prov.	- €	- €	796	Reduções Amort. Provisões	394.410,61 €	357.072,00 €
697	Correcções Rel. Exerc. Ant	- €	65.460,61 €	797	Correcções Relat. Exerc. Anteriores	45.692,05 €	318.526,78 €
698	Outros Custos E Perdas Extraordinários	36.381,44 €	186.697,19 €	798	Outros Prov. Ganhos Extraordinários	798.720,36 €	726.896,79 €
	Resultados Extraordinários	1.289.059,03 €	1.289.555,27 €				
	Total	1.617.311,65 €	1.687.953,07 €		Total	1.617.311,65 €	1.687.953,07 €

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Código das Contas	Descrição das Provisões	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Aplicações de tesouraria.....				
291	Cobranças Duvidosas.....	172.996,39	166.370,97	2.954,04	336.413,32
292	Riscos e Encargos.....	584.000,00	0,00	394.000,00	190.000,00
39	Depreciação de Existências.....				
49	Investimentos Financeiros.....				

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

Entidade	Descrição	Locadora	N.º Contrato	Data Contrato	Valor Líquido
Infratroia E.M	Viatura de 16m3 – recolha de resíduos	Millennium BCP	400102572	15-05-2011	10.211,59 €
Infratroia E.M	Viatura de 5m3 – recolha de verdes	Santander Totta	199282	15-03-2012	9.566,67 €
Infratroia E.M	Toyota Dyna M CD 35.33+KRM	Santander Totta	207767	01-02-2015	17.591,96 €
TOTAL					37.370,22 €

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.
Não aplicável.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CF', 'R', and others]

6

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Macedo, Caldas & Bento
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA	
DATA	13-06-16
N.º REGISTO	143 (CAAR)
ASS. MUNICIPAL GRÂNDOLA	

Assembleia Municipal de Grândola

A/C do Exmo. Sr. Presidente da Assembleia
Municipal

Rua José Pereira Barradas, 11
7570-281 Grândola

Carta c/ registo CTT RD 4087 8170 6 PT

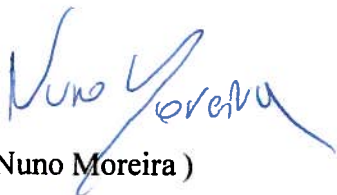
Lisboa, 09 de Junho de 2016

Assunto: Certificação das Contas Consolidadas de 2015

Exmo. Senhor Presidente,

Enviamos uma via da Certificação Legal das Contas Consolidadas referente ao ano de 2015 da "Câmara Municipal de Grândola".

Com os melhores cumprimentos,


(Nuno Moreira)

*Anexar ao relatório anual de 2015
14 junho 16
HL*

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Município de Grândola, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015, que evidencia um total de 79.657.939 euros e um total de fundos próprios de 57.693.890 euros, incluindo um resultado líquido de 1.549.082 euros, a Demonstração consolidada de resultados por natureza, a Demonstração consolidada de fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do grupo municipal e o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Grândola em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Lisboa, 09 de Junho de 2016

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS Nº 190
Representada por

Dra. Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas,
Revisor Oficial de Contas nº 816